

Vanilda Paiva

História da Educação Popular no Brasil

educação popular e educação de adultos



Editora Loyola

8ª EDIÇÃO
revisada e ampliada

Vanilda Paiva. *História da educação popular no Brasil; educação popular e educação de adultos*. 6ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003, 527 p.

Com edições sucessivas desde a primeira em 1973, com o título *Educação popular educação de adultos; contribuição à história da educação brasileira*, esse livro foi o primeiro estudo que divulgou uma ampla visão histórica da educação de adultos e da educação popular no Brasil, desde a Colônia até o final dos anos de 1960. Originalmente dissertação de mestrado em educação, apresentada na PUC-Rio em 1972, tem início com uma primeira parte, introdutória, sobre o método utilizado e as hipóteses e categorias que orientaram a pesquisa (p. 21-59). Retoma as categorias “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, utilizadas por Jorge Nagle em *A educação na primeira República* (São Paulo: 1974) às quais acrescenta a categoria “realismo em educação”, como mais atual e na qual enquadra os liberais progressistas que desde os anos de 1930 mas principalmente após os anos de 1950 dedicaram-se às reformas e ao planejamento educacionais, os marxistas que nos mesmos períodos propugnaram pela educação, considerando-a essencial para a transformação da sociedade, o movimento de esquerda, em geral, que criou os movimentos de cultura e educação popular no início dos anos de 1960 e também os tecnocratas que assumiram a direção das reformas educacionais a partir dos anos de 1970. Essa introdução é um dos textos mais importantes em termos do método sócio-histórico para o estudo da educação e de sua relação com a estrutura social mais ampla.

A segunda parte mapeia detalhadamente as iniciativas de educação popular desde a Colônia até após a Revolução de 1930, enfatizando a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário, em 1942, que marcou a intervenção da União no ensino elementar, deu base para a expansão da rede escolar do então ensino primário, inclusive sob a forma de ensino supletivo para os que não haviam freqüentado a escola na idade considerada regular. A terceira parte retoma a apresentação das iniciativas da educação de adultos, inicialmente até a Primeira República, depois as primeiras iniciativas oficiais em âmbito nacional, após 1946 (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e Campanha Nacional de Educação Rural); situa o importante 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958) e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, cuja melhor expressão é o projeto-piloto de Leopoldina, em Minas Gerais e significa a tentativa da busca de uma solução orgânica para a solução da educação elementar de toda a população; a frustrada mobilização da União no início dos anos de 1960 e a emergência dos movimentos de cultura e educação popular, nascidos do esforço de prefeituras (Recife e Natal, especialmente) e da mobilização tanto de instituições (Igreja católica em especial, com a criação do MEB – Movimento de Educação de Base, com forte apoio do governo federal) e do movimento estudantil, particularmente da UNE – União Nacional de Estudantes, que sediou e colaborou na expansão do CPC – Centro de Cultura Popular. Nesse período, destaca a realização do I Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, no Recife, em 1963, e a difusão de novas idéias pedagógicas, experimentadas e sistematizadas por Paulo Freire; a extinção de praticamente todos esses movimentos, com exceção do MEB, obrigado a violenta retração. Conclui essa parte situando a ascensão da Cruzada ABC – Ação Básica Cristã, que passou a substituir os movimentos anteriores, com recursos da Aliança para o Progresso e respaldo governamental, e a criação do MOBREAL em 1968 e sua sistematização a partir de 1970, como movimento nacional.